

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 527.740 - RS (2019/0243759-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PEDRO MISAEL DA SILVA CORREA E OUTRO
ADVOGADOS : PEDRO MISAEL DA SILVA CORRÊA - RS061996
ANA CAROLINE FAGUNDES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : TAGNER DAMA EBERHARDT (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de TAGNER DAMA EBERHARDT, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 33):

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CORRUPÇÃO DE MENOR. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE REJEITADA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA AFASTADA.

1. Não há falar em ilegalidade do auto de prisão em flagrante pela ausência de defensor por ocasião da sua lavratura, haja vista que se trata de formalidade não prevista em Lei, bastando que os Pacientes tenham sido devidamente cientificados do seu direito constitucional de indicar advogado.

2. O modus operandi dos pacientes, que teria praticado um crime de roubo a pedestres, mediante grave ameaça e violência real perpetrada com golpes de garrafa em uma das vítimas, revela a sua periculosidade a justificar o decreto da prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública.

4. Decisão atacada que visa a proteger a comunidade da reiteração criminosa, não implicando em violação ao princípio da presunção de inocência porque devidamente fundamentada e ainda porque a prisão tem natureza cautelar, não configurando antecipação de pena.

5. A primariedade dos pacientes não impede a segregação cautelar quando presentes os requisitos da medida extrema, como ocorre na espécie.

PRELIMINAR REJEITADA. ORDEM DENEGADA.

O paciente e o corréu, MATEUS NUNES DO PRADO, foram condenados no dia 22/7/2019 pelos crimes tipificados no art. 157, *caput*, e § 2º, II, do CP, e art. 244-B da Lei 8.069/90, sendo MATEUS à pena de 6 anos e 4 meses de reclusão e 20 dias-multa; e TAGNER à mesma pena reclusiva e de multa, mais prestação de serviço à comunidade, pelo período de 3 meses como incurso no art. 28 da Lei de Drogas.

O impetrante argumenta, em suma, que o édito prisional cautelar não está devidamente fundamentado, bem como não subsistem seus requisitos.

Superior Tribunal de Justiça

Por isso, requer a concessão da ordem, para revogar a prisão dos pacientes, ou subsidiariamente aplicar medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, a ação penal nº 0000628-04.2019.8.21.0053, encontra-se remetido ao Tribunal de Justiça, em grau de recurso, consoante informações processuais eletrônicas disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 30/9/2019.

A liminar foi indeferida (fls. 289/292).

As informações foram prestadas (fls. 294/323 e 324/353).

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 375/379).

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa, em sede liminar e de mérito, a revogação da prisão preventiva por não estarem presentes seus requisitos, bem como por inexistir fundamentação idônea.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da decisão que converteu a prisão em preventiva (fls.161-162):

[...].2. Decretação da Prisão Preventiva.

Representa a Autoridade Policial pela decretação da prisão preventiva dos flagrados.

Em conformidade com o ordenamento pátrio, a decretação de prisão preventiva somente é possível quando demonstrada a sua necessidade, desde que preenchidos os requisitos legais dos arts. 312 e seguintes do CPP.

Por sua vez, o art. 312 prevê que a prisão preventiva poderá ser decretada quando houver provas da existência do fato, indícios suficientes da autoria para garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. Já o art. 313 elenca os crimes passíveis de prisão preventiva, dentre os quais os crimes punidos com reclusão.

Os pressupostos para decretação da prisão, portanto, são a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficiente da sua autoria por parte dos representados, o que já foi analisado e constatado, conforme razões acima expostas. Ademais, os crimes imputados são punidos com reclusão.

Mas não basta apenas o preenchimento dos pressupostos legais para decretação da prisão preventiva, devendo estar demonstrada, ainda, a necessidade da segregação, o que se verifica pela comprovação dos fundamentos elencados na lei processual penal para decretação, no caso, a garantia da ordem pública.

Por garantia à ordem pública se entende a necessidade da segregação levando em consideração as condições pessoais dos flagrados. Nessa toada, **destaco**

que, embora os flagrados não possuam formalmente antecedentes criminais, as circunstâncias do caso concreto indicam a sua periculosidade. Destarte, a forma como foi cometido o delito de roubo, no qual foi empregada a violência após terem sido subtraídos os bens, mediante a quebra de uma garrafa na cabeça vítima João Vitor. Além disso, o fato de estarem acompanhados de inimputável torna mais grave sua conduta, uma vez que tal fato, além de configurar delito autônomo, possui gravidade considerável em face da relevância do bem jurídico tutelado pela norma inserida no art. 244-B, do ECA, qual seja, a formação moral da criança e do adolescente.

Outrossim, entendo que a ordem pública também está consubstanciada na credibilidade na justiça, que resta abalada quando fatos graves como os apurados no caso em tela ficam sem resposta imediata.

Feitas tais considerações, tenho que efetivamente deve ser decretada a prisão preventiva dos indiciados, como forma de garantir a ordem pública.

Isto posto, pelos motivos acima expostos, e com base no deposto nos artigos 312 e 313 do CPP, converto a prisão em flagrante de Tagner Dama Eberhardt e Mateus Nunes do Prado em PRISÃO PREVENTIVA, devendo os mesmos serem mantidos segregados. [...]

A sentença manteve a prisão preventiva nos seguintes termos (fl. 270):

[...].Vai mantida a segregação dos acusados, **pelos motivos já expostos nos autos, bem como que permanecem inalterados os motivos que ensejaram a prisão cautelar**, que vêm, ademais, reforçados com a presente condenação, sendo que a soltura neste momento seria nociva à ordem pública, pois poderiam retornar imediatamente à prática criminosa.[...].

Como já adiantado na liminar, foi mantida a prisão pela sentença, a qual ratificou a fundamentação da prisão preventiva homologada com esteio na gravidade em concreto, pois *foi empregada a violência após terem sido subtraídos os bens, mediante a quebra de uma garrafa na cabeça vítima João Vitor. (fl. 162)*, bem como pela participação de adolescente na empreitada criminosa.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC

Superior Tribunal de Justiça

n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 e HC N. 438.685 – 6ª T. – unânime – de minha relatoria.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator